

# Galvêas: devemos aceitar que ficamos mais pobres

"É preciso que a sociedade aceite o fato de que o Brasil ficou mais pobre, assim como ficaram mais pobres todos os outros países por causa da recessão mundial, e por isso torna-se necessário impor um programa de ajuste interno adaptado às circunstâncias externas, para assegurar a retomada do crescimento econômico".

É o que reitera o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, na argumentação de que o programa econômico, acertado com o FMI e os bancos credores, só será viável se a política salarial for alterada, para então ser quebrada a espiral inflacionária. O que não pode acontecer, segundo o ministro é que os salários continuem a realimentar a inflação, porque isso exige hoje "ou uma forte política fiscal e monetária que leve realmente a recessão, ou vai na direção de uma inflação explosiva que destruirá toda a economia".

Para o ministro da Fazenda, se o país está mais pobre, e o PIB — a soma do valor de todos os bens e serviços gerados no país — cai neste e no próximo ano é por causa de "fatores exógenos", fora da economia brasileira. "Não se pode fazer nada", lamenta o ministro, a não ser esperar que o programa de estabilização alinhado pelo governo consiga ser implantado integralmente.

Por essa razão, assinala Galvêas, "tanto nós como os banqueiros e os interlocutores do exterior sabemos que a política salarial é muito importante para que esse programa possa ser executado e se torne um programa viável. Estamos todos na dependência da decisão do Congresso Nacional".

O ministro da Fazenda ressalta que o "pacote" econômico que o governo está acertando com o PDS dará uma substancial ajuda na redução do déficit público, e que a utilização do imposto de renda é o melhor instrumento para isso. Galvêas confirma que serão tributados mais os ganhos de capital, porque os assalariados já têm dado sua cota de contribuição à crise, inclusive através da nova política salarial, que achata os reajustes.

Sem dar nenhuma indicação de como será o "pacote", por não se sentir "autorizado", Galvêas dá a entender que o ministro Delfim Netto, na verdade, é quem está controlando toda essa questão. Galvêas confessa que "não seria a última palavra mesmo em se tratando de tributação sobre operações de mercado de títulos públicos". Isso, evidentemente, confirma a hegemonia de Delfim sobre a condução da política econômica.

Galvêas só da certeza de uma coisa, que estará fora do "pacote": os agricultores não precisam se preocupar, porque não haverá nenhuma modificação nessa área até o final do ano. Mas ele não nega a intenção governamental de eliminar os subsídios do crédito rural a partir de 84, enfatizando que "na próxima safra são outros quinhentos cruzeiros".

A renegociação da dívida externa vai indo bem, segundo o ministro da Fazenda, porque a comunidade bancária internacional mostra interesse em solucionar logo o problema. Quanto à dívida interna, Galvêas considera que não merece maior ou menor cuidado. Ele repele críticas de que a dívida pública interna está crescendo em níveis reais e, portanto, elevando o déficit público.

O que acontece, frisou Galvêas, é que do total de mais de Cr\$ 15 trilhões, uns Cr\$ 8 trilhões estão fora do mercado, em poder do Banco Central. O que tem sido feito é procurar aumentar a dívida apenas em termos nominais, razão pela qual as vendas de novos títulos estão praticamente congelados. "O governo não está vendendo mais do que o necessário para resgatar os títulos que já estão no mercado", assegura.

Com seu habitual otimismo, nem sempre bem argumentado, o ministro da Fazenda acredita que a economia brasileira está indo no rumo certo: "O aperto de crédito é necessário, o aperto salarial também, mas no final a economia como um todo se recupera. Se o programa recessivo do FMI der certo, obviamente".